O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES COMO INSTRUMENTO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO[1]

THE ECONOMIC EMPOWERMENT OF WOMEN AS A TOOL FOR THE PROMOTION OF GENDER EQUALITY

Jhefferson Leandro Dias[2]
Dandara Christine Alves de Amorim[3]

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar o empoderamento econômico das mulheres como uma estratégia crucial para a promoção da equidade de gênero. A pesquisa examina a inter-relação entre a cultura patriarcal e as oportunidades econômicas femininas, destacando como as normas de gênero tradicionais limitam o potencial econômico das mulheres. A metodologia adotada baseia-se em uma análise crítica de políticas públicas e intervenções sociais, bem como no reconhecimento da diversidade de gênero, com o propósito de avaliar sua eficácia na promoção da igualdade. Os resultados demonstram que a independência econômica das mulheres é essencial para desafiar e modificar as normas patriarcais, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais equânime. O estudo também enfatiza a necessidade de esforços colaborativos, políticas públicas eficazes e mudanças culturais profundas como instrumentos indispensáveis para superar os obstáculos à igualdade de gênero, assegurando benefícios extensivos a toda a sociedade.

Palavras-chave: Autonomia financeira; cultura patriarcal; independência econômica.

Abstract: This study aims to analyze the economic empowerment of women as a crucial strategy for promoting gender equity. The research examines the interrelation between patriarchal culture and women's economic opportunities, highlighting how traditional gender norms limit women's economic potential. The adopted methodology is based on a critical analysis of public policies and social interventions, as well as the recognition of gender diversity, with the purpose of assessing their effectiveness in promoting equality. The results demonstrate that women's economic independence is essential for challenging and transforming patriarchal norms, being fundamental for building a more equitable society. The study also emphasizes the need for collaborative efforts, effective public policies, and deep cultural changes as indispensable tools to overcome the obstacles to gender equality, ensuring extensive benefits for society as a whole.

Keywords: Financial Autonomy; Patriarchal Culture; Economic Independence.

1. INTRODUÇÃO

A promoção da igualdade de gênero constitui um desafio central para as sociedades contemporâneas e é amplamente reconhecida como um princípio fundamental dos direitos humanos, além de ser um pilar indispensável para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a conquista dessa igualdade tem se mostrado um processo complexo e lento, principalmente devido às profundas barreiras culturais e sociais que

---

[1] Artigo Científico desenvolvido como exigência parcial para obtenção de título de Bacharel em Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia, Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil.
[2] Discente do curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia-Univar, Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil.
[3] Docente do curso de direto do Centro Universitário do Vale do Araguaia-Univar, Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil.

ainda persistem, muitas delas vinculadas ao sistema patriarcal. Esse sistema, por sua vez, perpetua a discriminação e a marginalização das mulheres, restringindo suas oportunidades econômicas e limitando seu acesso a direitos fundamentais. Neste contexto, o empoderamento econômico das mulheres emerge como uma estratégia essencial para superar essas barreiras e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

A importância do empoderamento econômico das mulheres não pode ser subestimada. Ao garantir que as mulheres tenham acesso equitativo a recursos econômicos, educação e oportunidades de emprego, possibilita-se que elas não apenas exerçam seus direitos fundamentais, mas também contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento econômico e social. O fortalecimento econômico das mulheres é, portanto, não apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia eficaz para o crescimento econômico inclusivo e para a promoção de uma sociedade sustentável. Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado uma série de obstáculos que limitam sua participação econômica, muitos dos quais são sustentados por normas culturais e sociais que reforçam a desigualdade de gênero.

O objetivo central deste estudo é analisar como o empoderamento econômico pode ser utilizado como uma ferramenta eficaz para desafiar e modificar as estruturas patriarcais que sustentam a desigualdade de gênero no Brasil. A pesquisa busca explorar a interseção entre a cultura patriarcal e as oportunidades econômicas femininas, destacando como as normas de gênero tradicionais limitam o potencial econômico das mulheres. O estudo também se propõe a examinar de que maneira a independência financeira pode não apenas promover a equidade de gênero, mas também contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável, fortalecendo o papel das mulheres na economia e na sociedade.

Para a realização desta pesquisa, foi adotada uma metodologia de caráter qualitativo, com base em uma análise crítica da literatura existente e das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres. A pesquisa incluiu uma revisão detalhada de documentos legais, como a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002, bem como a análise de estudos empíricos que avaliam a eficácia das intervenções sociais implementadas no Brasil. Adicionalmente, foram analisados dados secundários provenientes de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a ONU Mulheres, a fim de compreender o impacto das normas patriarcais nas oportunidades econômicas das

mulheres. Essa abordagem permitiu uma visão abrangente e contextualizada sobre os desafios e as possibilidades de transformação no cenário atual.

O problema de pesquisa que orienta este estudo está centrado na persistente desigualdade de gênero no Brasil, manifestada principalmente na forma de discriminação econômica contra as mulheres. A questão central que se busca responder é: como o empoderamento econômico das mulheres pode contribuir para a superação das barreiras impostas pelo sistema patriarcal e, assim, promover uma sociedade mais equitativa? A investigação foi conduzida em várias etapas, começando pela revisão da literatura e análise das políticas públicas brasileiras relacionadas ao tema. Em seguida, foram examinados casos específicos de intervenções bem-sucedidas e os desafios que ainda impedem as mulheres de acessar plenamente recursos econômicos, como propriedade e crédito. A pesquisa culmina com uma avaliação crítica das políticas atuais e a formulação de recomendações para fortalecer as estratégias de promoção da igualdade de gênero por meio do empoderamento econômico.

Os resultados preliminares desta pesquisa indicam que a independência econômica das mulheres é fundamental para desafiar as normas patriarcais e promover a igualdade de gênero. A análise sugere que, apesar da existência de políticas públicas e marcos legais que buscam garantir a igualdade de direitos, a efetividade dessas normas é frequentemente limitada por barreiras culturais e institucionais. Além disso, o fortalecimento econômico das mulheres demonstra ter um impacto positivo não apenas em suas próprias vidas, mas também no desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e para o crescimento econômico inclusivo. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que não apenas assegurem os direitos das mulheres, mas que também sejam capazes de transformar as práticas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero.

Dessa forma, este estudo sublinha a importância do empoderamento econômico como uma estratégia central para promover a igualdade de gênero no Brasil, apontando para a necessidade de uma abordagem integrada que combine políticas públicas eficazes, mudanças culturais e o fortalecimento institucional. A pesquisa sugere que, ao garantir que as mulheres tenham acesso igualitário aos recursos econômicos e à autonomia financeira, é possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, onde todos possam alcançar seu pleno potencial, independentemente de seu gênero. Este enfoque integrado não apenas fortalece as bases da igualdade de gênero, mas também

contribui de forma decisiva para o desenvolvimento social e econômico do país, promovendo um futuro mais inclusivo e próspero para todos.

2. EMPODERAMENTO ECONÔMICO FEMININO E DESAFIOS NA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CONTEXTO PATRIARCAL

O sistema patriarcal, enquanto conjunto de valores e normas historicamente enraizados, perpetua a desigualdade de gênero, impactando significativamente as oportunidades econômicas das mulheres e resultando em diversas formas de discriminação e abuso. Um dos principais aspectos dessa dinâmica é a dependência financeira das mulheres em relação aos homens, que historicamente limita sua autonomia econômica devido à falta de oportunidades educacionais e de emprego. Como consequência, muitas mulheres permanecem presas em relações desiguais e, em casos de abuso ou insatisfação, encontram dificuldades para romper esses vínculos em razão da ausência de recursos financeiros independentes (Pinheiro, 2013).

Essa estrutura de poder restringe as oportunidades econômicas das mulheres ao impor-lhes papéis de gênero tradicionais. Historicamente, foram designadas como cuidadoras e provedoras secundárias, o que gerou disparidades salariais, restrições ao acesso à educação e limitações nas oportunidades de carreira. Essas barreiras impedem que muitas mulheres alcancem a independência financeira. Simone de Beauvoir (1949) argumenta que a identidade feminina é uma construção social e histórica, perpetuada por estereótipos e preconceitos (Pinheiro, 2013).

Além disso, a desvalorização do trabalho feminino, especialmente nas atividades domésticas e de cuidado, contribui para a desigualdade econômica, pois essas atividades são frequentemente não remuneradas e subvalorizadas. Essa visão distorcida do valor do trabalho feminino se manifesta em diversos âmbitos sociais, como família, religião, política, economia, meios de comunicação e educação, impondo padrões de gênero estereotipados que dificultam o acesso das mulheres a direitos fundamentais e as excluem dos espaços de poder e decisão (Machado, 2014).

Neste cenário, o empoderamento econômico das mulheres se apresenta como uma estratégia essencial para enfrentar essas desigualdades e promover a igualdade de gênero. Isso envolve o acesso a recursos econômicos, como renda, crédito, propriedade e herança, além do desenvolvimento de habilidades e da garantia de direitos fundamentais. O acesso

a políticas públicas, como programas de transferência de renda, proteção social e apoio ao empreendedorismo, também se revela fundamental (Souza, 2015).

A autonomia financeira das mulheres beneficia não apenas as próprias mulheres, mas também suas famílias, comunidades e a sociedade na totalidade. Segundo a ONU Mulheres (2017), o investimento na igualdade de oportunidades econômicas para as mulheres contribui diretamente para a erradicação da pobreza e da fome, o crescimento econômico inclusivo e sustentável, a redução da mortalidade materna e infantil, a melhoria da saúde e da educação das crianças, a prevenção da violência de gênero e a promoção da paz e da democracia. No entanto, o acesso limitado das mulheres a recursos econômicos, como propriedade e crédito, é uma dimensão crítica desse problema. Em diversas sociedades, as mulheres possuem menos terras ou propriedades e enfrentam dificuldades significativas para acessar serviços financeiros, como empréstimos e contas bancárias. Essa falta de acesso limita a capacidade das mulheres de iniciar e expandir negócios, investir em sua própria educação e saúde, e melhorar sua situação econômica (Costa, 2016).

Assim, é essencial reconhecer e enfrentar as questões sistêmicas que mantêm as mulheres em uma posição de desvantagem econômica, buscando mudanças na cultura, na legislação e nas políticas públicas. A violência de gênero, em suas diversas formas, constitui uma barreira significativa ao empoderamento das mulheres. Essa violência inclui desde a violência doméstica até o assédio sexual no trabalho, abrangendo também a violência patrimonial, que desempenha um papel crucial. Essas formas de violência podem resultar em sérias consequências econômicas para as mulheres, incluindo a perda de emprego, encargos médicos substanciais e a interrupção de sua educação ou meios básicos de sobrevivência (Almeida, 2017).

Apesar dos desafios, muitas mulheres têm desafiado as normas sociais e buscado a independência financeira, fundamental para a promoção da igualdade de gênero. Isso envolve garantir que as mulheres tenham igualdade de acesso à educação e às oportunidades de emprego, bem como o direito de controlar seus próprios recursos econômicos, sejam eles financeiros, propriedades ou heranças (Santos, 2016).

O empoderamento econômico das mulheres atua como um catalisador que derruba barreiras e gera impactos positivos na sociedade. Mulheres financeiramente independentes tendem a alocar seus recursos em suas famílias e comunidades, traduzindo-se em investimentos na saúde, educação e bem-estar geral, fortalecendo o núcleo familiar e criando um ambiente comunitário mais saudável e próspero. A promoção da igualdade

de gênero no local de trabalho, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico e promove o desenvolvimento sustentável (Souza, 2015). No entanto, os direitos humanos das mulheres são frequentemente negligenciados nas relações domésticas e familiares, onde a violência patrimonial emerge como uma forma de opressão que viola esses direitos fundamentais.

A violência patrimonial ocorre quando uma pessoa, geralmente um parceiro íntimo ou membro da família, exerce controle ou interfere na capacidade da outra pessoa de acessar, usar ou manter recursos econômicos, como dinheiro, propriedades, heranças ou outros bens. Essa forma de violência representa uma grave violação dos direitos humanos das mulheres e pode ter sérias consequências para a saúde física e mental das vítimas. Infelizmente, essa prática muitas vezes passa despercebida e é mal compreendida, às vezes camuflada sob o pretexto de "cuidado" ou "proteção". Muitas vítimas podem sentir vergonha ou medo de buscar ajuda. No entanto, é crucial lembrar que todas as mulheres têm o direito de controlar seus próprios recursos econômicos e tomar decisões financeiras. Existem recursos disponíveis, como linhas diretas de apoio, serviços de aconselhamento e abrigos para mulheres, além de leis e políticas que visam protegê-las (Machado, 2014).

A Lei Maria da Penha, além de estabelecer medidas protetivas e criminalizar a violência patrimonial, também aborda outras formas de violência contra as mulheres, como a violência física, psicológica, moral e sexual. Essa legislação, considerada uma das mais avançadas no combate à violência doméstica, visa proteger as mulheres e garantir seus direitos. Além disso, a Lei Maria da Penha introduziu a necessidade de criação de juizados especializados no atendimento às vítimas de violência doméstica, promovendo maior agilidade e eficiência na tramitação dos processos judiciais. A lei também estabelece medidas de prevenção e políticas públicas de combate à violência de gênero, incluindo a criação de centros de atendimento às mulheres em situação de violência. É importante destacar que a legislação não visa apenas punir os agressores, mas também prevenir a violência e garantir o apoio necessário às vítimas, oferecendo um conjunto de recursos para proteger a integridade física e psicológica das mulheres (Brasil, 2006).

As políticas públicas e a legislação desempenham um papel vital na promoção da igualdade de gênero e na prevenção da violência patrimonial. A Lei Maria da Penha é uma peça legislativa crucial nesse sentido, mas o Brasil também conta com uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, que estabelece diretrizes para

a prevenção e combate à violência de gênero. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementado pelo governo brasileiro, visa promover a igualdade de gênero em áreas como saúde, educação, trabalho e participação política, sendo essencial que essas políticas sejam implementadas de forma eficaz para poderem ter um impacto real na vida das pessoas (Costa, 2016).

Analisar as políticas existentes que buscam valorizar e incentivar a participação feminina em todas as esferas da sociedade, incluindo saúde, educação, trabalho e política, é fundamental. A promoção da igualdade racial no país também é de grande relevância. A implementação eficaz dessas políticas envolve questões como financiamento adequado, monitoramento e avaliação contínua dos resultados. Ademais, a mudança cultural é uma necessidade urgente para desafiar as normas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e a violência patrimonial. Isso inclui promover atitudes e comportamentos que valorizem as mulheres e respeitem seus direitos humanos (Machado, 2014). A promoção da igualdade de gênero e a prevenção da violência patrimonial requerem uma abordagem multifacetada, que englobe políticas públicas eficazes, aplicação rigorosa da lei e mudanças culturais profundas.

O compromisso global com essa questão é evidenciado, por exemplo, no relatório da ONU Mulheres (2017), que oferece diretrizes e recomendações para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. A promoção da igualdade de gênero requer uma abordagem holística que reconheça e valorize a diversidade de gênero. Isso inclui políticas públicas inclusivas, práticas sociais justas e uma cultura que respeite todas as identidades de gênero (Santos, 2016). Conforme discute Duflo (2012), o empoderamento econômico das mulheres é essencial para que elas possam exercer plenamente seus direitos humanos, permitindo-lhes tomar decisões sobre suas vidas.

3. EMPODERAMENTO ECONÔMICO FEMININO E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA

A igualdade de gênero é um princípio fundamental dos direitos humanos e um alicerce indispensável para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a busca por essa igualdade enfrenta barreiras históricas e culturais profundamente enraizadas na sociedade, especialmente nas normas de gênero impostas pelo patriarcado. Conforme destaca Almeida (2017), o patriarcado perpetua a desigualdade de gênero ao estabelecer

normas que confinam as mulheres a papéis subalternos, tanto na esfera doméstica quanto na pública. A escritora Virginia Woolf, em sua obra, enfatiza a importância da liberdade individual na luta por essa igualdade ao afirmar que "não há barreira, fechadura ou tranca que possa restringir a liberdade da minha mente". Essa citação reflete as barreiras culturais que as mulheres enfrentam diariamente, sublinhando a necessidade de superação dessas limitações impostas pela sociedade.

O patriarcado, como sistema social, manifesta-se em diversas esferas da vida, limitando o acesso das mulheres à educação, ao mercado de trabalho e às oportunidades políticas, além de reforçar estereótipos que as impedem de alcançar posições de liderança (Souza, 2015). A desigualdade de gênero, portanto, não se trata apenas de uma questão de justiça social, mas constitui também um obstáculo ao desenvolvimento econômico e ao progresso das sociedades. Duflo (2012) argumenta que a desigualdade de gênero afeta diretamente o crescimento econômico, uma vez que limita o potencial produtivo de uma parcela significativa da população.

Nesse contexto, torna-se crucial adotar estratégias que promovam a igualdade de gênero tanto no âmbito econômico quanto no social. O empoderamento econômico das mulheres é uma ferramenta eficaz para desafiar as estruturas patriarcais e promover a equidade de gênero. Isso inclui garantir que as mulheres tenham acesso a empregos bem remunerados, possam controlar seus próprios recursos financeiros e tenham a liberdade de tomar decisões econômicas que impactem suas vidas. A autonomia econômica das mulheres é essencial para reduzir sua vulnerabilidade à violência e à exploração, criando condições para que elas possam participar plenamente da vida social e econômica (Santos, 2016).

As normas de gênero, que definem as expectativas sociais sobre o comportamento de homens e mulheres, têm raízes profundas na cultura patriarcal e são frequentemente reforçadas por instituições sociais como a família, a escola e a mídia. Essas normas moldam as identidades de gênero e influenciam diretamente a forma como homens e mulheres se percebem e se comportam, limitando as oportunidades econômicas das mulheres e restringindo a liberdade dos homens em expressar uma gama mais ampla de emoções e interesses (Pinheiro, 2013). O impacto dessas normas é evidente na divisão desigual das responsabilidades domésticas e na persistência de práticas como a violência de gênero, que continua sendo uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos (Machado, 2014).

A violência de gênero, em suas múltiplas formas – incluindo violência doméstica, assédio sexual, estupro, tráfico humano, casamento infantil e mutilação genital feminina – afeta milhões de mulheres e meninas em todo o mundo. Essas práticas não só causam danos físicos e psicológicos profundos, mas também perpetuam estereótipos que reforçam a discriminação de gênero, limitando o progresso em direção à igualdade (Costa, 2016). A educação e a conscientização são ferramentas essenciais na luta contra essas normas prejudiciais. É imperativo que tanto homens quanto mulheres sejam educados sobre os impactos negativos dessas normas e sobre a importância da igualdade de gênero.

Desafiar essas normas não implica rejeitá-las por completo, mas sim questioná-las e buscar alternativas que promovam a igualdade. Isso pode incluir a implementação de políticas no local de trabalho que assegurem igualdade salarial, oportunidades iguais de promoção e licença parental para ambos os sexos (Santos, 2016). Além disso, é crucial promover a divisão equitativa das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres, garantindo que ambos compartilhem de forma justa as tarefas do lar e os cuidados com os filhos. Essas mudanças são fundamentais para criar uma sociedade onde todos tenham a liberdade de definir suas próprias identidades e papéis.

O empoderamento econômico feminino emerge como uma das estratégias mais eficazes para desafiar o patriarcado e promover a igualdade de gênero. A dependência econômica das mulheres em relação aos homens limita sua autonomia e liberdade, tornando-as mais vulneráveis à violência e à opressão. Para romper com essa dinâmica, é essencial que as mulheres tenham acesso a empregos bem remunerados, possam possuir e controlar propriedades e recursos, e tenham a liberdade de tomar decisões econômicas independentes (Almeida, 2017).

Além disso, é necessário reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado realizado pelas mulheres, frequentemente invisibilizado ou subestimado pela sociedade. Esse trabalho, que constitui uma parcela significativa do produto interno bruto (PIB) de muitos países, é fundamental para o bem-estar social e deve ser protegido por meio de direitos trabalhistas adequados (Pinheiro, 2013). As mulheres que trabalham nesses setores muitas vezes enfrentam condições precárias, informalidade, exploração e discriminação, o que afeta negativamente sua qualidade de vida e saúde. Portanto, a proteção desses direitos é essencial para garantir que as mulheres possam contribuir de forma plena e justa para a economia.

Os benefícios econômicos da igualdade de gênero são substanciais e têm sido amplamente documentados. De acordo com o Banco Mundial (apud Souza, 2015), se as

mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens no mercado de trabalho, o PIB global poderia aumentar em 26% até 2025, melhorando significativamente indicadores sociais e ambientais. Promover políticas que auxiliem as mulheres a alcançarem seu pleno potencial econômico não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia inteligente para o desenvolvimento sustentável.

Superar os obstáculos à igualdade de gênero requer um esforço conjunto de indivíduos, comunidades, organizações e governos. É necessário implementar políticas de igualdade de gênero no local de trabalho, promover a educação para meninas e mulheres, fornecer recursos e apoio para que elas enfrentem a violência, e, sobretudo, romper com atitudes e comportamentos que perpetuam o machismo e o sexismo na sociedade (Machado, 2014). Apenas com um compromisso coletivo e a adoção de políticas eficazes será possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva, onde todos possam alcançar seu pleno potencial, independentemente do gênero.

4. REFORMAS LEGAIS E EMPODERAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL PARA GARANTIR DIREITOS IGUAIS ÀS MULHERES

O empoderamento econômico das mulheres é um elemento central na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Brasil. No entanto, as mulheres historicamente têm sido excluídas do acesso igualitário aos recursos econômicos, propriedade, serviços financeiros, herança e controle sobre a terra. Essa exclusão perpetua um ciclo de desigualdade e vulnerabilidade econômica que afeta não apenas as mulheres, mas também suas famílias e comunidades. Portanto, a implementação de reformas legais e institucionais que assegurem direitos iguais às mulheres em relação a esses recursos é essencial para corrigir essas disparidades e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

A Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 representam marcos legais importantes que estabeleceram bases para a igualdade de gênero no Brasil. A Constituição, em seu artigo 5º, assegura a igualdade entre homens e mulheres, incluindo direitos à propriedade e à herança, sem distinção de sexo (Brasil, 1988). O Código Civil reforça esses direitos, especialmente no que diz respeito à sucessão e ao direito de propriedade (Brasil, 2002). Contudo, a aplicação desses direitos muitas vezes esbarra em práticas culturais arraigadas e em normas sociais que continuam a privilegiar os homens, principalmente em áreas rurais e entre populações de baixa renda (Pinheiro, 2013). Essa

disparidade evidencia a necessidade de reformas que não apenas formalizem esses direitos, mas também garantam sua efetiva aplicação e acesso por parte das mulheres.

A desigualdade no acesso à propriedade é uma das principais barreiras enfrentadas pelas mulheres brasileiras. Dados de Corrêa (2018) revelam que as mulheres representam apenas 19% dos proprietários de terras no Brasil, refletindo as barreiras estruturais persistentes que dificultam o acesso feminino à terra. A herança, muitas vezes interpretada de forma a favorecer herdeiros masculinos, agrava essa desigualdade, perpetuando um ciclo de pobreza e dependência econômica que tem suas raízes na colonização e nas estruturas patriarcais que moldaram a sociedade brasileira. Essas barreiras não são apenas legais, mas também culturais, sendo frequentemente sustentadas por normas sociais que relegam as mulheres ao papel de cuidadoras e trabalhadoras domésticas, sem direitos plenos sobre a terra e outros recursos.

Além das questões relacionadas à terra e à propriedade, o acesso das mulheres aos serviços financeiros é igualmente limitado, o que impede muitas de investir em seus próprios negócios ou melhorar suas condições de vida. Rocha e Moura (2017) apontam que apenas 38% das mulheres brasileiras têm acesso a crédito formal, uma disparidade que reflete diretamente na capacidade de empreender e gerar renda. Essa limitação é particularmente severa entre as mulheres negras e as que vivem em áreas rurais, que enfrentam múltiplas camadas de discriminação, tanto de gênero quanto racial. A falta de acesso ao crédito e a outros serviços financeiros não só restringe as oportunidades econômicas das mulheres, mas também perpetua a pobreza intergeracional, pois impede que as mulheres invistam em educação e saúde para seus filhos, perpetuando as desigualdades.

Diante desses desafios, as reformas legais e políticas públicas são essenciais para garantir que as mulheres tenham direitos iguais no acesso e controle sobre os recursos econômicos. Uma das propostas mais relevantes nesse sentido é a revisão das leis de herança, para assegurar que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens na sucessão de propriedades e recursos (Santos, 2016). A reforma dessas leis é crucial para garantir a segurança econômica das mulheres, permitindo-lhes uma maior autonomia e capacidade de investir em suas famílias e comunidades. Além disso, é importante que essas reformas sejam acompanhadas de campanhas de conscientização e educação pública, que visem alterar as normas culturais que ainda discriminam as mulheres e dificultam a aplicação plena desses direitos.

Outro aspecto fundamental para a implementação dessas reformas é a promoção de programas de capacitação que fortaleçam as habilidades das mulheres para gerir seus recursos econômicos e reivindicar seus direitos. A educação em direitos de propriedade e gestão financeira tem se mostrado uma estratégia eficaz para capacitar as mulheres a negociar e assegurar o controle sobre os recursos que lhes pertencem por direito (Pereira, 2015). Nesse sentido, a criação de fundos de microcrédito destinados exclusivamente a mulheres é uma iniciativa que tem sido eficaz em aumentar o acesso delas ao crédito e fomentar o empreendedorismo feminino. A experiência de diversos projetos de microcrédito no Brasil, como os desenvolvidos pelo Banco do Nordeste e pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mostra que o crédito direcionado às mulheres não só melhora suas condições econômicas, mas também fortalece suas capacidades de liderança e participação comunitária (Almeida, 2014).

No entanto, para que essas reformas e programas sejam efetivos, é necessário que o Estado adote um compromisso político firme e invista em sistemas judiciais capazes de garantir a proteção dos direitos das mulheres. A aplicação eficaz das leis existentes depende de uma estrutura institucional que não só reconheça os direitos das mulheres, mas também que tenha a capacidade de implementá-los de forma justa e equitativa. Nesse sentido, é fundamental fortalecer os mecanismos de fiscalização e a formação de operadores do direito para que atuem de forma sensível às questões de gênero. Além disso, é essencial que as políticas públicas considerem as interseccionalidades, como raça e classe, para que as medidas adotadas alcancem todas as mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade.

Experiências internacionais, como as reformas agrárias em Ruanda e as iniciativas de microcrédito em Bangladesh, demonstram que quando as reformas são acompanhadas de campanhas de conscientização e apoio comunitário, há uma maior aceitação das mudanças e um impacto positivo na vida das mulheres (Costa, 2019). Essas experiências internacionais oferecem lições valiosas que podem ser adaptadas ao contexto brasileiro, onde as reformas legais devem ser vistas como parte de um processo mais amplo de transformação social que inclui a mudança de normas culturais e a promoção da igualdade de gênero em todos os níveis da sociedade.

O Brasil, como signatário de diversos tratados internacionais que promovem a igualdade de gênero, tem a responsabilidade de empreender reformas que assegurem direitos iguais às mulheres em relação ao acesso e controle sobre recursos econômicos. Para que essas reformas sejam efetivas, é necessário um esforço coordenado entre

governos, sociedade civil e organizações internacionais. Somente por meio de uma abordagem integrada e multidisciplinar será possível criar um ambiente em que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise confirma que o empoderamento econômico das mulheres é uma estratégia essencial para promover a igualdade de gênero e desafiar as estruturas patriarcais que ainda prevalecem na sociedade brasileira. A pesquisa demonstrou que as normas de gênero desiguais, profundamente enraizadas em valores culturais e históricos, perpetuam a discriminação econômica e limitam as oportunidades das mulheres, mantendo-as em posições de vulnerabilidade. No entanto, os resultados indicam que políticas públicas focadas no fortalecimento econômico das mulheres têm o potencial de transformar essas estruturas, promovendo a inclusão e a equidade.

A independência financeira das mulheres foi identificada como um fator central na luta contra a desigualdade de gênero. O acesso igualitário à educação, ao mercado de trabalho e ao controle sobre recursos econômicos não só garante que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos, mas também permite que elas contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento econômico e social do país. A pesquisa revelou que, apesar da existência de marcos legais e políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, a implementação eficaz dessas normas ainda enfrenta desafios consideráveis, especialmente devido às barreiras culturais e institucionais que persistem em muitas regiões do Brasil.

Os resultados também indicam que, além de melhorar a vida das mulheres individualmente, o empoderamento econômico delas tem um impacto positivo mais amplo, promovendo o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que vivem. Quando as mulheres têm controle sobre seus recursos financeiros, elas tendem a investir na educação e na saúde de suas famílias, contribuindo assim para a redução da pobreza e para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa. Essas descobertas sublinham a importância de políticas públicas que não apenas reconheçam os direitos das mulheres, mas também busquem transformar as práticas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero.

Embora a pesquisa tenha identificado avanços importantes, ela também ressaltou os desafios que permanecem. A violência de gênero continua sendo um obstáculo significativo para o empoderamento das mulheres, com consequências graves tanto para a saúde física quanto para a mental das vítimas. A discriminação no ambiente de trabalho e as dificuldades de acesso a recursos econômicos, como crédito e propriedade, também foram destacados como barreiras persistentes. Superar esses desafios requer um esforço contínuo e coordenado entre os poderes públicos, as organizações da sociedade civil e os indivíduos. A implementação de políticas de igualdade de gênero, a promoção da educação para meninas e mulheres, o suporte adequado às vítimas de violência e a transformação de atitudes e normas sociais que perpetuam o machismo e o sexismo são medidas fundamentais para alcançar mudanças estruturais duradouras.

Além disso, a pesquisa sugere que a promoção da igualdade de gênero não deve ser vista apenas como um objetivo em si, mas como uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável e o progresso social. O desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa, onde todos os indivíduos possam alcançar seu pleno potencial econômico e social, depende diretamente da capacidade de garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens. A superação dos desafios à igualdade de gênero, portanto, exige um compromisso coletivo e contínuo, que envolva todos os setores da sociedade.

Por fim, a pesquisa conclui que o empoderamento econômico das mulheres é não apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia inteligente para o desenvolvimento do país como um todo. As políticas públicas que promovem a inclusão econômica das mulheres, ao mesmo tempo que enfrentam as barreiras culturais que mantêm a desigualdade de gênero, são essenciais para construir um futuro mais justo, equitativo e próspero. Somente através de uma abordagem integrada e inclusiva será possível garantir que todos os indivíduos, independentemente de seu gênero, possam contribuir plenamente para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely de. **Empreendedorismo Feminino e Microcrédito**: Uma Análise das Iniciativas no Brasil. São Paulo: Fundação SEADE, 2014.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro de 2002**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.html. Acesso: 20 ago. 2023.

CORRÊA, Helena. Mulheres e a Propriedade da Terra no Brasil: Desigualdades e Desafios. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, p. 11-28, 2018.

COSTA, Mariana. Reformas Agrárias e Gênero: Avanços e Desafios no Brasil Contemporâneo. In: **Revista de Direito Agrário**, v. 39, n. 1, p. 59-75, 2019.

DUFLO, Esther. ***Women Empowerment and Economic Development. Journal of Economic Literature***, v. 50, n. 4, p. 1051-1079, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019***. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero, Violência e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ***Relatório Anual da ONU Mulheres 2016-2017****: Avanços na Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho em Transformação*. Nova York: ONU Mulheres, 2017. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2017/6/annual-report-2016-2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ***Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)***. Nova York: ONU, 1979. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm.

PEREIRA, Lúcia. Educação Financeira para Mulheres Rurais: Uma Ferramenta de Empoderamento Econômico. In: **Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 78-94, 2015.

PINHEIRO, Simone. **Gênero, Propriedade e Direitos**: Uma Análise das Políticas de Reforma Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

ROCHA, Maria; MOURA, Isabel. **Acesso ao Crédito no Brasil**: Desafios para o Empoderamento Feminino. Brasília: IPEA, 2017.

SANTOS, Ana. **Direitos de Herança e Igualdade de Gênero no Brasil**: Uma Perspectiva Histórica e Jurídica. Cadernos de Pesquisa, v. 22, n. 4, p. 102-118, 2016.

SOUZA, Maria Inês. Políticas Públicas e Igualdade de Gênero no Brasil: Avanços e Desafios. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, p. 45-68, 2015.